



15 DE JANEIRO 2009
Quinta-feira

- LUPI QUER RESTRINGIR CRÉDITO DE EMPRESAS QUE DEMITIREM
- GOVERNO DIZ QUE NÃO TEM COMO IMPEDIR CORTES
- NA INDÚSTRIA, NOVOS CORTES, FÉRIAS E CONTRATO SUSPENSO
- ACORDOS DE REDUÇÃO DA JORNADA DEVEM CONSIDERAR REALIDADE REGIONAL E SETORIAL DA INDÚSTRIA
- FORÇA PROPÕE ALTERNATIVAS A DEMISSÕES
- CUT DESCARTA REDUÇÃO SALARIAL E SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE CONTRATO
- PROJETO GARANTE ESTABILIDADE DE EMPREGOS EM CASOS DE FUSÃO
- UNIÃO AUMENTA CUSTO DE DEMISSÕES
- CONSULTOR TIRA DÚVIDAS SOBRE SOLUÇÃO QUE IMPEDE COBRANÇA DE IR SOBRE FÉRIAS VENDIDAS
- SEM GARANTIR EMPREGO, FIESP QUER JORNADA MENOR
- AÇÕES ANTIDEMPREGO DIVIDEM CENTRAIS
- CHRYSLER NEGOCIA VENDA DE ATIVOS PARA RENAULT-NISSAN
- PRODUÇÃO DE ALUMÍNIO CAI 2,3% EM DEZEMBRO
- PRAZO PARA ADESÃO AO SUPERSIMPLES VAI ATÉ 30 DE JANEIRO
- RN/ SIMPLES NACIONAL - CRÉDITO DO ICMS PELO NÃO OPTANTE DO SIMPLES NACIONAL

Câmbio		
Em 14/01/2009		
	Compra	Venda
Dólar	2,333	2,334
Euro	3,071	3,073

15/01/2009 – Gazeta do Povo

O ministro do Trabalho, Carlos Lupi, reafirmou ontem que as empresas não podem usar a crise como pretexto para realizar demissões em massa e que não haverá mais liberação de recursos para empresas sem garantia de emprego. Além disso, Lupi voltou a afirmar que o governo estuda punir empresas beneficiadas com recursos e isenções federais anticrise que venham a dispensar funcionários.

A principal arma do governo, até agora, parece ser o bloqueio de empréstimos com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) às companhias que não derem garantia de que irão manter os empregos. “Se não tiver emprego, isso eu garanto, não sai mais um centavo”, reafirmou Lupi. Fora isso, o ministro não deu mais detalhes sobre o tipo de punição nem quais empresas ou setores poderão ser atingidos. “Estamos analisando tecnicamente que tipo de sanção e como isso pode ser feito”, disse.

Na opinião de especialistas, a punição anunciada não encontra base jurídica para ser aplicada e uma queda de braços entre o governo e a classe empresarial representaria um retrocesso institucional, podendo agravar ainda mais os efeitos da crise.

“Não se pode cair nessa armadilha de punir as empresas. Ela é infrutífera e a chance de dar errado é muito grande. A princípio, nenhuma empresa quer demitir pura e simplesmente, e sim reduzir custos para sobreviver”, avalia o professor de economia da Trevisan Escola de Negócios, Alcides Leite. “Do ponto de vista social, seria importante manter os empregos. Mas, na prática, as empresas não têm obrigação de mantê-los pois não há instrumentos legais que garantam a estabilidade”, completa.

Caged

Na próxima segunda-feira, Lupi vai divulgar o resultado do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) relativo a dezembro e o acumulado de 2008. A expectativa é de que o número de demissões em dezembro supere a média histórica do período.

Após a divulgação, o ministro vai se reunir com o presidente Luís Inácio Lula da Silva, quando deve anunciar a ampliação do número de parcelas do pagamento do seguro-desemprego aos trabalhadores de segmentos mais afetados por demissões.

Para o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), Rodrigo da Rocha Loures, em vez de pensar em punir as empresas, o governo deveria criar regras próprias que atendam às peculiaridades do momento econômico. “O que há até agora são medidas superficiais. Seria muito mais vantajoso, do ponto de vista da manutenção dos empregos, o governo baixar as taxas de juros e desonerar a folha de pagamento do que, por exemplo, reduzir a alíquota do IPI sobre veículos”, aponta.

Diálogo

Segundo Rocha Loures, a Fiep está fazendo consultas com as empresas para entender com maior precisão a situação local em relação ao emprego. “Os sindicatos empresariais estão se preparando para poder dialogar com os sindicatos dos trabalhadores. A perspectiva é mais pelo diálogo, já que há um interesse comum em juntos acharmos uma saída para a crise”, afirma.

PACOTÃO

Desde que a crise começou a respingar na economia real, o governo brasileiro anunciou uma série de medidas para tentar neutralizar os efeitos e manter os níveis de emprego.

MEDIDAS JÁ ANUNCIADAS

Beneficiado: Indústria Automotiva

Redução de 7% para zero do IPI sobre os carros populares até mil cilindradas (1.0). Para carros até duas mil cilindradas (2.0) a taxa foi reduzida de 13% para 6,5%. Já para carros a álcool, acima de 1.0, a alíquota caiu de 11%, para 5,5%.

Beneficiado: Indústria Automotiva

Redução de 3,38% para 0,38% na alíquota do IOF cobrado no financiamento de motos para pessoas físicas.

Beneficiado: Sistema Financeiro

Para atenuar a restrição ao crédito e injetar mais dinheiro na economia, o Banco Central anunciou mudanças nas regras do depósito compulsório – dinheiro que os bancos são obrigados a pagar ao BC – incidente sobre depósitos a prazo. A estimativa do BC é de que a medida libere cerca de R\$ 23,5 bilhões.

Beneficiado: Pessoas físicas

Redução da alíquota do IOF de 3% para 1,5% na contratação de empréstimos por pessoas físicas.

Beneficiado: Cerca de 24 milhões de contribuintes

Para 2009 o governo anunciou a criação de duas alíquotas intermediárias no Imposto de Renda, o que resultará em um recolhimento menor de impostos pela classe média. O Fisco deixará de recolher mais de R\$ 4,9 bilhões para que o dinheiro seja destinado ao consumo.

Beneficiado: Setor de infraestrutura

O governo promete a manutenção dos investimentos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O presidente Lula afirma que não vai faltar dinheiro para gastar com o objetivo de gerar emprego na construção civil, habitação e rodovias.

Beneficiado: Sistema Financeiro

O governo autorizou, por meio de medida provisória (MP), que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal comprem participações em outras instituições financeiras em dificuldades.

MEDIDAS EM ESTUDO

Beneficiado: Trabalhadores do setor produtivo

As liberações de empréstimos com recursos do FAT e do FGTS serão condicionadas à garantia de manutenção dos empregos. Com base no cruzamento das informações do

BNDES com os dados do Caged, o governo pode restringir novos empréstimos para empresas que tomaram recursos públicos e, em seguida, demitiram trabalhadores.

Beneficiado: Trabalhadores desempregados

O governo pode aumentar para 10 o número de parcelas do seguro-desemprego em setores com alto índice de desemprego.

Beneficiado: Setor imobiliário

O governo deve anunciar nos próximos dias um pacote de apoio à construção civil. O principal ponto será a criação de um fundo garantidor para reduzir o risco dos bancos no financiamento imobiliário de famílias de baixa renda. Outras medidas são a criação do Cadastro Positivo e de um cadastro único de matrícula de imóveis.

GOVERNO DIZ QUE NÃO TEM COMO IMPEDIR CORTES

15/01/2009 – Estadão

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva compreende o discurso sindicalista do ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, de ameaçar punir as empresas que estejam demitindo, mas não pretende interferir na relação entre patrões e empregados. "Vivemos no capitalismo. O governo não tem como obrigar uma empresa a contratar, nem impedir uma empresa de demitir", afirmou um auxiliar direto do presidente.

A política da não intervenção continua em prática no Planalto, embora isso não signifique uma atitude de distanciamento da classe trabalhadora. Ao contrário, da mesma forma como abriu as portas do Planalto para ouvir os empresários, que agora têm reuniões com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, o presidente está agendando um encontro com as centrais sindicais para discutir as condições do mercado de trabalho. Para Lula, o compromisso dos empresários está mantido. "As empresas estão tomando crédito para manter a cadeia produtiva. Não se pode suspender o crédito porque isso limita a capacidade produtiva", disse uma fonte.

O Planalto, no entanto, avalia que, em meio ao turbilhão criado com a expectativa de fechamento de milhares de vagas em dezembro e do processo acelerado de férias coletivas, demissões de temporários e suspensão de acordos trabalhistas, chegou a vez de os dirigentes sindicais serem ouvidos. "O presidente quer ouvir diretamente deles o que está acontecendo no mercado de trabalho", disse uma fonte.

Da mesma forma, Lula cobrou de Lupi informações objetivas sobre o fechamento de postos de trabalho em dezembro. Embora não tenha desautorizado o ministro, a percepção de fontes do governo é que "Lupi errou no processo" ao comentar números ainda não conclusivos. O ministro "se assustou" com os dados preliminares, mas a explicação não convenceu Lula, que marcou para segunda-feira novo encontro com Lupi. Até lá, ele deve reunir informações para detalhar a pesquisa do Cadastro Geral de Empregados e Demitidos (Caged).

A expectativa é que até 600 mil postos possam ter sido suprimidos, mas o dado oficial ainda não está fechado. Lupi terá de demonstrar ao presidente que setor e por qual motivo demitiu. "O presidente quer uma radiografia completa para, aí sim, tomar uma decisão", disse um assessor. Até porque, na avaliação de Lula, a melhor forma de estimular o emprego não é ameaçar empresas com a suspensão do crédito oficial, e sim ampliar o crédito e adotar medidas de estímulo à economia.

"A empresa demite não porque quer. É porque precisa, é porque está enfrentando dificuldades e, com isso, ela também se desorganiza", comentou um ministro. "Não há medidas a tomar diante da decisão de uma empresa demitir. A única solução é ativar a economia."

ACORDOS DE REDUÇÃO DA JORNADA DEVEM CONSIDERAR REALIDADE REGIONAL E SETORIAL DA INDÚSTRIA

15/01/2009 – Agência CNI

As negociações e os acordos de redução da jornada de trabalho como alternativa para preservar o emprego devem ser feitos entre empresários e trabalhadores de cada setor de atividade e cada região do país. A afirmação foi feita hoje pelo presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando Monteiro Neto. "Os acordos precisam considerar a realidade de cada um dos setores afetados pela crise e das diversas regiões do país. O mercado de trabalho no Brasil não é uniforme", disse Monteiro Neto em entrevista ao Jornal da Manhã, transmitido pela rádio Jovem Pan.

Segundo ele, a forte desaceleração da atividade econômica exige soluções pragmáticas e realistas. "Não é possível manter o emprego quando há uma forte queda da demanda. Mas é possível que empresários e trabalhadores encontrem, através do diálogo maduro e equilibrado, soluções temporárias dentro da legislação." Monteiro Neto lembrou que a lei prevê uma série de possibilidades que ajudam a evitar as demissões nesse momento de crise, como a redução da jornada de trabalho com corte proporcional dos salários e a suspensão temporária dos contratos de trabalho. "É melhor adotar posições mais pragmáticas e flexíveis que minimizem o impacto da crise e assegurem o rendimento ainda que parcial do trabalhador do que assumir uma posição rígida que agrave os efeitos da crise."

O presidente da CNI destacou que a demissão custa muito caro, porque além dos encargos rescisórios a empresa perde todos os investimentos feitos na capacitação dos trabalhadores. "Demitir é um mau negócio para todos: empresários, trabalhadores e a sociedade", afirmou. Por isso, não cabem, neste momento, posturas demagógicas e pouco realistas. "É preciso examinar o quadro no contexto de uma crise que está se intensificando. Quando há uma queda na demanda e a percepção de que a retração continuará no futuro é evidente que não se pode, em nenhum lugar do mundo, garantir a manutenção do emprego."

Monteiro Neto lembrou ainda que a superação da crise depende de um conjunto de medidas, entre as quais está a redução dos juros. "Não podemos conviver com taxas de juros incompatíveis com o momento. O Brasil precisa reduzir os juros para estimular a atividade econômica", disse. Para ele, o governo precisa usar todos os instrumentos da política macroeconômica para minimizar a crise.

Além da redução dos juros, o presidente da CNI afirmou que o setor produtivo espera medidas de estímulo à construção civil. "O setor tem um forte impacto em toda cadeia produtiva. É fortemente empregador e demanda insumos e matérias-primas produzidas no país." Na avaliação de Monteiro Neto, as medidas adotadas até agora para facilitar o crédito e garantir a liquidez da economia foram positivas para a atividade e para o consumo.

NA INDÚSTRIA, NOVOS CORTES, FÉRIAS E CONTRATO SUSPENSO

15/01/2009 – Valor Econômico

Indústrias dos setores de papel e celulose, químico, metalúrgico e têxtil anunciaram ajustes em seus quadros de funcionários. Em São Paulo, a empresa Plásticos Mueller, fabricante de itens plásticos para veículos, fechou acordo com o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas, Farmacêuticas, Plásticas e Similares do município de suspensão temporária dos contratos de trabalho de 200 funcionários por até cinco meses. No período, a empresa comprometeu-se a pagar a diferença entre o salário e a bolsa qualificação, para que os empregados mantenham o mesmo rendimento mensal, além de manter benefícios como auxílio-creche, cesta básica, plano de saúde e vale-transporte.

No setor metalúrgico, a Votorantim Metais decidiu conceder férias coletivas aos funcionários das fábricas de Juiz de Fora e Morro Agudo-Paracatu, em Minas Gerais. A decisão foi anunciada pouco mais de um mês após anunciar a demissão de 184 funcionários em sua unidade de Niquelândia (GO). A justificativa é a adequação da produção aos níveis atuais de demanda. Em Juiz de Fora, as férias vão durar dez dias, a partir de 19 de janeiro. Em Morro Agudo-Paracatu, o período será de 30 dias, começando em 20 de janeiro. A empresa não informou o número de empregados envolvidos.

Já os segmentos de papel e celulose, química e têxtil anunciaram demissões. A Suzano Papel e Celulose confirmou a demissão de 180 funcionários em suas fábricas na Bahia e em São Paulo, incluindo seu escritório central. A empresa informou que os desligamentos representam 2% do sua força de trabalho. Mas, ao excluir os trabalhadores indiretos, a demissão representa queda de 5% dos empregos diretos que a companhia possuía no fim de 2007, segundo dados do seu relatório anual. A Suzano justificou que os cortes ocorreram depois de a empresa ter paralisado a produção, renegociado contratos e reduzido despesas com pessoal. Desde o início da crise, os preços da celulose no mercado externo caíram quase 40%.

Na área química, a Lanxess anunciou o corte 50 funcionários da Petroflex e o desligamento de 350 prestadores de serviços da empresa. O porta-voz da Lanxess, Jeferson Fernandes, informou que o agravamento da crise acelerou o processo de ajustes iniciado no ano passado. Com o corte, a Petroflex passa a ter 500 funcionários.

A indústria têxtil informou ter registrado o pior fim de ano em uma década. Sob efeito da crise, o setor viu a produção se estagnar em novembro e dezembro e extinguiu 15 mil das 58 mil vagas com carteira assinada criadas nos dez meses anteriores. "Não me lembro de ter visto tantas demissões no período nos últimos dez anos", disse o presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit), Aguinaldo Diniz. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de vagas caiu 9,8% em novembro, em relação a novembro de 2007. No período, a indústria em geral elevou a oferta de vagas em 0,4%.

A Abit estima que, em novembro e dezembro, tenham ocorrido cerca de 20 mil de demissões, entre temporários e efetivos, fazendo com que o número de empregos gerados em 2008 tenha ficado em 40 mil postos. Antes da crise, a expectativa do setor era criar 55 mil novas vagas, disse Diniz. Para 2009, ele projeta a criação de 35 mil empregos no setor, que deve ser um dos menos afetados pela crise, por conta da alta do dólar, que permitiu a elevação das exportações. O setor tem 1,7 milhão de trabalhadores formais.(CB, André Vieira e agências noticiosas)

FORÇA PROPÕE ALTERNATIVAS A DEMISSÕES

A Força Sindical apresentou ontem à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) propostas para manter o emprego dos trabalhadores durante o período de dificuldades pelas quais as empresas passam em função da crise internacional. Apesar da rejeição dos empresários, os trabalhadores insistem na garantia dos empregos.

Em reunião de mais de quatro horas, a Força Sindical propôs cinco alternativas: férias remuneradas, licença remunerada, banco de horas, suspensão temporária do contrato de trabalho e redução da jornada de trabalho associada à diminuição de salários. Em todas elas os sindicalistas exigem a garantia dos empregos. As entidades voltam a se reunir na próxima terça-feira.

Acordo inédito

Empresários acreditam que a crise atual levará empresas e sindicatos a um acordo inédito para redução de jornada com diminuição proporcional de salário. A medida encontra resistência principalmente na Central Única dos Trabalhadores (CUT), que tem bandeira histórica de redução de jornada sem diminuição de salários.

Para Lawrence Pih, proprietário do Moinho Pacífico, a medida é a única capaz de minimizar os efeitos da crise no mercado de trabalho. "Uma redução de jornada com redução proporcional de salário pode restringir ao mínimo o número de demissões na indústria", diz.

Segundo Fernando Pimentel, diretor-superintendente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit), a medida não significará precarização do trabalho, mas um ajuste a um novo cenário internacional muito crítico para a manutenção do nível de emprego.

Já José Antônio Martins, vice-presidente do conselho da Marcopolo, acredita que os sindicalistas não endurecerão as negociações. "A esta altura, não adianta brigar. Somos todos participantes de uma guerra e temos de vencê-la, tentando de todas as maneiras manter a empregabilidade."

CUT DESCARTA REDUÇÃO SALARIAL E SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE CONTRATO

15/01/2009 – Gazeta Mercantil

A tentativa de acordo entre a Força Sindical e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), com o objetivo de evitar um grande número de demissões no início deste ano, dividiu as duas maiores centrais sindicais do País. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Força, que juntas representam quase 30 milhões de trabalhadores sindicalizados e congregam mais de 60% de todos os sindicatos brasileiros filiados a uma central sindical, discordam na proposição de alternativas às demissões, ocasionadas pelo desaquecimento da economia verificado no final do ano passado, que deve se agravar no início deste ano.

Um dos principais pontos da discussão é a redução de jornada com corte de salário, hipótese aceita pela Força e refutada pela CUT. Artur Henrique Silva, presidente nacional da CUT, criticou a tentativa de acordo entre Força e Fiesp, afirmando que "há outros mecanismos de negociação e diálogo com o empresariado que podem ser utilizados com criatividade, mas que tenham como prePaulo Skafmissa a manutenção da renda e do emprego". Para Silva, a Força estaria estabelecendo uma "agenda negativa" ao tratar as demissões como algo inevitável, ao invés de defender o emprego e discutir alternativas para o crescimento econômico.

Desoneração anticíclica

Algumas das alternativas aos cortes, previstas em lei, são defendidas por ambas as entidades, como o aumento da concessão de férias coletivas ou a redução do número de horas trabalhadas. Mas a CUT não aceita a diminuição de salários, e também descarta a suspensão temporária dos contratos de trabalho, alternativa considerada pela Força. Silva prefere concentrar esforços em discutir uma jornada flexível, com "uma redução da jornada nos três primeiros meses deste ano, com manutenção dos salários, e posteriormente, com a retomada da economia, a jornada seria aumentada, e também nesse caso seriam mantidos os salários".

Outra proposta levantada pela CUT é a desoneração "anticíclica" da folha de pagamento. O objetivo seria a redução por três meses dos encargos sobre a folha, como a contribuição para a previdência social. "O governo teria que aportar recursos para que não fosse criado um rombo na previdência, e após o período de turbulência, os encargos devidos seriam pagos normalmente pelo empregador, mas este só poderia utilizar este benefício se garantisse o emprego", explicou Silva. Ele diz que com isso a entidade quer mostrar que está aberta ao diálogo com o empresariado, e também busca ampliar a interlocução com o governo.

Contrapartidas

No final de 2008 a CUT reuniu-se com representantes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), propondo que o banco exija contrapartidas ao emprestar dinheiro com juros subsidiados. "Sugerimos que houvessem condições mais favoráveis para aqueles que garantirem a manutenção do emprego", disse Silva, acrescentando que a idéia foi bem recebida, e será analisada pelo banco no início deste ano. A central sindical levará a proposta, ainda este mês, para os demais bancos oficiais, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil.

PROJETO GARANTE ESTABILIDADE DE EMPREGOS EM CASOS DE FUSÃO

14/01/2009 – Câmara dos Deputados

Projeto de Lei apresentado pelo deputado Deley (PSC-RJ) garante estabilidade no emprego por seis meses aos trabalhadores de empresas que passarem por processo de cisão, fusão, incorporação ou agrupamento societário.

A proposta (PL 4296/08) obriga as empresas a oferecer cursos de capacitação e aperfeiçoamento profissional na respectiva área de atuação aos empregados que serão dispensados ao final desse período.

Problema social

Deley destaca que as empresas que passam por processo de fusão ou incorporação tendem a reduzir drasticamente seus quadros de pessoal com a finalidade de cortar custos e aumentar lucros.

"O projeto objetiva proteger minimamente os empregados dessas empresas, que não levam em conta o problema social gerado por suas decisões", argumenta o parlamentar fluminense.

O projeto proíbe também a redução do valor dos salários durante a estabilidade no emprego. Além disso, a proposta define que, até o final do primeiro ano da fusão ou incorporação, as demissões não poderão ultrapassar 30% do total dos quadros de pessoal das empresas. Este percentual sobe para 50% ao final do segundo ano.

Tramitação

A matéria, que tramita em caráter conclusivo, será analisada pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; e Constituição e Justiça e de Cidadania.

UNIÃO AUMENTA CUSTO DE DEMISSÕES

15/01/2009 – Valor Econômico

Como mais um artifício para tentar inibir o aumento de demissões neste período de crise, o governo passou a impor o recolhimento de contribuição previdenciária (INSS) sobre o aviso prévio indenizado, aumentando ainda mais os encargos das empresas ao demitir. A imposição passou a valer desde terça-feira dessa semana com a publicação do Decreto nº 6.727 de 2009.

O impacto da medida pode ser grande, dependendo da quantidade de demitidos, segundo o advogado Juliano Barra, do Machado, Meyer, Sendacz e Opice. Isso porque o pagamento de aviso prévio indenizado entrará agora no total da folha de salários - que sofre incidência de alíquotas que podem variar entre 21% e 26% , dependendo da atividade econômica, para o pagamento das contribuições previdenciárias. O empregado também passará a pagar a contribuição sobre o aviso prévio sob alíquota que varia de 8% a 11% dependendo do salário, sob o teto máximo de incidência de cerca de R\$ 3 mil.

Até a edição desse decreto, o aviso prévio indenizado - pago quando a empresa demite o empregado e o dispensa de cumprir mais um mês de trabalho - não sofria a incidência de contribuições previdenciárias. Isso porque a Lei nº 8.212 de 1991, que rege o tema, estabelece que só poderiam incidir as contribuições previdenciárias nos valores de natureza remuneratória pagas ao trabalhador, o que não incluiria verbas de natureza indenizatória, como é o caso do aviso prévio indenizado. Por conta disso, Barra acredita que é possível questionar esse decreto na Justiça. Ele recomenda que as empresas que forem demitir um grande número de funcionários que entrem com um pedido de liminar para não recolher a contribuição sobre o aviso prévio. Outra opção que pode passar a ser tomada com mais frequência pelas empresas é fazer com que o trabalhador cumpra mais um mês de trabalho, segundo a advogada Cristiane Haik, do Pompeu, Longo, Kignel & Cipullo Advogados. "Não acredito que a medida do governo vá surtir efeito. As empresas que precisarem demitir farão isso de qualquer forma."

CONSULTOR TIRA DÚVIDAS SOBRE SOLUÇÃO QUE IMPEDE COBRANÇA DE IR SOBRE FÉRIAS VENDIDAS

15/01/2009 – Info Money – Boletim Infoaudiacto

Por: Patricia Alves

Desde a publicação, na última semana, da solução de divergência que impede empresas de descontarem, de seus empregados, o imposto de renda na fonte referente aos dez dias de férias vendidos, muitas dúvidas começaram a surgir, tanto para as empresas como para os trabalhadores.

É possível recuperar imposto pago a mais nos anos anteriores sem cair na malha fina? E quem vendeu férias em 2008, como fará na declaração do IR 2009? As empresas devem tomar alguma atitude com relação a esta mudança?

A questão da malha fina

De acordo com a Receita Federal, o contribuinte que teve, a partir de novembro de 2006, o valor referente às férias vendidas tributado pode retificar a declaração de Imposto de Renda com o objetivo de restituir o montante pago a mais. No entanto, fica a questão: como as informações na declaração retificadora serão diferentes daquelas apresentadas pela empresa, no cruzamento de dados, a Receita pode reter o contribuinte na malha fina?

Segundo o especialista em legislação tributária do Cenofisco (Centro de Orientação Fiscal), Lázaro Rosa da Silva, a resposta é sim. "A única forma de evitar a malha fina é haver as retificações necessárias por parte das empresas", explica o especialista, sobre o fato de as empresas também terem de fazer a retificação. "Cabe ressaltar, no entanto, que a empresa não está obrigada, até o presente momento, em razão de ausência de ato legal, a efetuar essas retificações. Se o fizerem, será por mera liberalidade", completa.

Para Silva, para possibilitar a compensação por parte do empregado, as empresas que efetuaram o pagamento das férias vendidas como rendimento tributável poderão providenciar a retificação do Informe de Rendimentos, da DCTF e da DIRF. "Se essas retificações não forem feitas, certamente o contribuinte terá a declaração retida".

E quem teve imposto a pagar? Para o contribuinte que já quitou as dívidas com o leão, como reaver esse dinheiro, caso comprove que foi tributado a mais? "De qualquer forma o contribuinte deverá providenciar a retificação da respectiva declaração. Mesmo neste caso, a empresa deverá providenciar as obrigações acessórias já entregues, ou seja, DIRF, DCTF e Informe de Rendimentos", explica Silva.

Antes de 2006

Para o imposto cobrado indevidamente antes de novembro de 2006, a saída é recorrer à Justiça, de acordo com o consultor do Instituto Brasileiro de Estudo e Defesa das Relações de Consumo (Ibedec), Jorge Fayad.

Segundo a Agência Brasil, para esses casos, o consultor do Ibedec recomenda o uso dos juizados especiais federais, onde os processos tramitam com mais rapidez e sem necessidade de advogado. "Nesses juizados é possível ajuizar ações para valores inferiores a R\$ 24,9 mil ou 60 salários mínimos", detalhou.

Caso as férias tenham sido tiradas há mais de cinco anos, a Receita entende que o prazo de reclamação está vencido. "A lei prevê que o direito ao recebimento das quantias indevidamente recolhidas prescreve em cinco anos", explicou Fayad, em entrevista à Rádio Nacional.

IR 2009

Uma dúvida entre os contribuintes é com relação à declaração do IR 2009, referente aos rendimentos do ano de 2008. Quem, em 2008, teve as férias vendidas consideradas rendimentos tributáveis, o que deve fazer na hora de declarar?

"Numa hipótese mais cômoda e menos burocrática, a declaração que será entregue em 2009 deverá ser apresentada normalmente, ou seja, os rendimentos recebidos a esse título devem ser declarados como rendimentos tributáveis e o imposto retido será compensado", pondera Silva.

No entanto, segundo o especialista, caso o contribuinte pretenda efetuar a declaração considerando esse rendimento como isento ou não tributado, os seguintes procedimentos deverão ser levados a efeito, sob pena do mesmo vir a cair na "malha fina":

A fonte pagadora, ao elaborar o Informe de Rendimentos, bem como a respectiva DIRF, deverá inserir o respectivo valor, no campo de Rendimentos Isentos e Não-Tributáveis;

Caso a fonte pagadora já tenha recolhido o imposto retido, deverá considerá-lo como pagamento indevido ou a maior e requerer sua compensação mediante a utilização da PERD/DCOMP (Pedido de Restituição e Compensação).

SEM GARANTIR EMPREGO, FIESP QUER JORNADA MENOR

15/01/2009 – Gazeta do Povo

Após reunião com empresários ontem, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, voltou a defender a redução da jornada de trabalho e de salários para evitar demissões no país. Ele advertiu, no entanto, que um possível acordo não vai garantir estabilidade do emprego.

Após reunião com empresários ontem, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, voltou a defender a redução da jornada de trabalho e de salários para evitar demissões no país. Ele advertiu, no entanto, que um possível acordo não vai garantir estabilidade do emprego.

AÇÕES ANTIDEMPREGO DIVIDEM CENTRAIS

15/01/2009 – Valor Econômico

Se em 2008 a campanha pela redução da jornada semanal de trabalho uniu as centrais sindicais, neste ano a definição de ações para evitar o aumento do desemprego está provocando dissidências entre as entidades. As propostas sugeridas pela Força Sindical à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) foram vistas com reservas pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), União Geral dos Trabalhadores (UGT) e Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), que se reúnem hoje para buscar uma estratégia comum de ações.

Anna Carolina Negri / Valor



Artur Henrique, presidente da CUT: acordo proposto pela Força é ineficaz

Nos bastidores, CUT e Força Sindical criticam-se. O presidente da CUT, Artur Henrique da Silva Santos, afirma que o plano sugerido pela Força não oferece novidades e é genérico a ponto de permitir que setores saudáveis adotem medidas como a suspensão de contratos de trabalho e redução de jornada com redução de salário. "Fazer um acordo guarda-chuva tão genérico é tratar as empresas como se todas estivessem em crise", diz.

O presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, defende-se dizendo que a central abrange todos os setores industriais que se encontram em crise e, portanto, é imperativo negociar medidas mais drásticas. "Estamos na indústria e a indústria parou. Os três acordos de suspensão temporária de contrato foram fechados por sindicatos filiados à CUT."

Em reunião realizada com empresários e representantes da Fiesp, a Força Sindical apresentou exigências, que serão avaliadas pelo setor empresarial até o dia 22,

quando deve ser anunciado um acordo formal entre as entidades. No plano, a Força apontou como medidas alternativas às demissões, concessão de férias, licença remunerada, adoção de banco de horas, suspensão temporária do contrato de trabalho e redução de jornada com redução do salário - os três últimos casos com restrições.

No caso do banco de horas, a Força sugeriu que não haja limite para reduzir a carga horária, mas que o pagamento seja feito com extensão máxima de 12 horas por semana. A suspensão do contrato será aceita desde que a empresa complemente o valor do seguro-desemprego, de forma que a renda do trabalhador permaneça igual. E o trabalhador, após a suspensão, terá garantia de emprego equivalente ao período em que o contrato foi suspenso. A redução da jornada terá limite de 25%, com redução do salário de até 15%. Se a redução for de 20%, o salário só poderá ser baixado em 12%. "Essa abertura de negociações impediu que as empresas demitissem em massa. Só em São Paulo, 50 empresas procuraram o Sindicato dos Metalúrgicos esta semana para discutir antes de efetuar cortes", diz Paulinho.

Após encontro em São Paulo que reuniu presidentes da Vale, Embraer, Votorantim, Gol, Gradiente, entre outros, o presidente da Fiesp, Paulo Skaf, voltou a defender a redução da jornada de trabalho e de salários para evitar as demissões no país e advertiu que um possível acordo sobre a adoção da medida não vai garantir estabilidade do emprego. "Enquanto a redução de jornada com redução de salário estiver em curso, a nossa preocupação é manter o nível de emprego. Mas não estamos falando de estabilidade de emprego, que não está na lei do país nem na competitividade das empresas."

A Força Sindical reúne 1.640 sindicatos e representa no país em torno de 10 milhões de trabalhadores, sendo 4,8 milhões em São Paulo, incluindo comerciários, metalúrgicos e do setor de construção civil. "A crise atinge com intensidades diferentes cada central. Na UGT [que representa 8,8 milhões de trabalhadores], a crise não foi tão forte porque tem como maior contingente os comerciários, que ainda não estão em situação tão grave como os trabalhadores da indústria", compara Paulinho.

Levantamento da UGT revelou que, em dezembro, o número de homologações realizadas pelo Sindicato dos Comerciários de São Paulo chegou a 7.234, acima dos 5.901 registrados no mesmo mês de 2007. Mauro Ramos, assessor sindical da UGT, informou que a entidade é contrária ao acordo "guarda-chuva" proposto pela Força Sindical e requer que o governo federal exija das empresas a garantir do emprego para a concessão de financiamentos.

Já a CTB, que representa 2,9 milhões de trabalhadores no país, é mais radical. Entre as propostas que vai apresentar às demais centrais na reunião de hoje estão a paralisação de todas as empresas que demitirem e a exigência de que a redução da jornada não seja feita com redução de salário. "Não aceitamos que os trabalhadores paguem o efeito da crise", afirmou o presidente da central, Wagner Gomes. Ele defendeu, no entanto, a formação de uma estratégia comum entre as centrais.

Para o presidente da CUT, a união das centrais é essencial para dar força aos sindicatos de categorias em crise. Artur Henrique quer que governos participem da negociação com a Fiesp e propôs a adoção de medidas como redução do ICMS e ISS e a desoneração temporária da folha de pagamento. "O que [Força e Fiesp] estão propondo não é novo e não é eficaz", diz. A CUT representa 21 milhões de trabalhadores. (Colaborou Bianca Ribeiro, do Valor Online)

CHRYSLER NEGOCIA VENDA DE ATIVOS PARA RENAULT-NISSAN

14/01/2009 – Gazeta do Povo

A Chrysler está negociando a venda de ativos estratégicos à Renault-Nissan e à fornecedora automotiva Magna, de acordo com pessoas próximas das discussões. Entretanto, a montadora francesa negou na quarta-feira tais conversas.

A Chrysler está sob pressão para se reestruturar, após ter tomado empréstimos de US\$ 4 bilhões do governo dos Estados Unidos.

A Renault e a japonesa Nissan - que pertence em parte à empresa francesa - fizeram alguns contatos com a Chrysler sobre a venda total ou de partes da montadora norte-americana antes do governo dos Estados Unidos ter agido para resgatar a Chrysler e a General Motors em dezembro.

As negociações ganharam força nas semanas recentes e incluíram discussões sobre uma transação para a venda da Jeep, marca icônica da Chrysler, de acordo com três pessoas com conhecimento das conversas.

A Renault, chefiada por Carlos Ghosn, tem procurado esclarecer se um acordo para adquirir ativos da Chrysler vai comprometer o acesso da companhia ao fundo do governo dos Estados Unidos, disse uma das pessoas próxima das conversas.

Entretanto, uma porta-voz da montadora francesa negou que as negociações estão acontecendo. "A Renault nega que está mantendo qualquer negociação com a Chrysler", disse Frederique Le Greves.

A Chrysler, terceira maior montadora dos Estados Unidos, pertence ao grupo de investimentos Cerberus Capital Management.

PRODUÇÃO DE ALUMÍNIO CAI 2,3% EM DEZEMBRO

15/01/2009 – Gazeta Mercantil

A produção de alumínio primário caiu 2,3% em dezembro, para 138,3 mil toneladas, em relação às 141,6 mil toneladas do mesmo mês de 2007, conforme levantamento realizado pela Associação Brasileira do Alumínio (Abal). A queda ocorreu devido à redução, em 50%, na produção da Valesul, empresa fluminense que pertence à Companhia Vale do Rio Doce, para 4,2 mil toneladas. A empresa tem capacidade anual para produzir cerca de 100 mil toneladas. Também a Alcoa apresentou uma leve redução da produção, de 1,3%, na unidade da companhia em São Luis, para 22,6 mil toneladas.

A diminuição da produção nas duas empresas já havia sido notada em novembro, quando a Valesul produziu 6,3 mil toneladas, 20,3% mesmo que em igual período de 2007, e a Alcoa produziu em São Luis 0,9% menos, ou 22 mil toneladas.

Apesar da redução nos últimos dois meses do ano, a produção de alumínio encerrou 2008 com alta de 0,4% ante 2007, para 1,66 milhão de toneladas. No início de 2008, a Abal estimava que a produção de alumínio primário iria apresentar um crescimento de 1,6%, o que totalizaria 1,68 milhão de toneladas.

PRAZO PARA ADESAO AO SUPERSIMPLES VAI ATÉ 30 DE JANEIRO

15/01/2009 – Agência Sebrae de Notícias (ASN) – Boletim Infoaudiacto

Cerca de 200 mil micro e pequenas empresas deverão aderir ao Simples Nacional em janeiro de 2009. A estimativa é da Receita Federal e inclui novas categorias contempladas pela Lei Complementar 128, sancionada em dezembro de 2008 e que ajusta a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. A nova lei também permitiu o parcelamento de dívidas com a Receita em até 100 vezes para os empreendimentos que estão aderindo ao Simples pela primeira vez. O prazo final, tanto para aderir quanto para pedir o parcelamento é o dia 30 de janeiro.

As novas categorias empresariais que poderão entrar no Simples são as de serviços de instalação, reparos e manutenção em geral; decoração e paisagismo; laboratórios de análises clínicas ou de patologia clínica; serviços de tomografia, diagnósticos médicos por imagem, registros gráficos e métodos óticos além de ressonância magnética, serviços de prótese em geral; indústria de bebidas não-alcoólicas e não-refrigerantes; escolas de ensino médio e pré-vestibulares.

O consultor em Políticas Públicas do Sebrae Nacional André Spinola lembra que o parcelamento das dívidas não é permitido às empresas que já foram excluídas do Simples e estão retornando, nem às que já estavam enquadradas no sistema. E o parcelamento em 100 vezes só é garantido para dívidas com a Receita, não valendo para inadimplências com estados e municípios. Ou seja, nada impede que se tente parcelamento nestas esferas, mas serão negociações caso a caso.

Spínola ressalta ainda que muitos empresários soltam foguetes de alegria com prazos longos de pagamento sem perceberem que, se por um lado vão ter alívio, por outro terão compromisso financeiro e não podem vacilar. "É preciso contabilizar esses custos todo mês. E não podemos esquecer que esses parcelamentos não incluem desconto algum".

O primeiro passo para quem pretende aderir ao Simples Nacional é clicar no portal da Receita Federal (<http://www.receita.fazenda.gov.br/>) e procurar o banner do Simples Nacional no canto lateral direito da página. No momento do cadastramento, o empreendedor saberá se tem dívidas ou não. Os pagamentos da Receita podem ser parceladas no próprio site, clicando no menu Parcelamento Simples Nacional 2009, que se encontra no centro da página inicial do portal.

Se a dívida for com o Estado ou Município, é preciso procurar as respectivas secretarias de Fazenda e Finanças e tentar negociar parcelamentos. "Trata-se de uma nova oportunidade a quem estava fora do Simples, mas é preciso ficar atento aos prazos", afirma o secretário-executivo do Simples Nacional, Silas Santiago. O secretário informa que no final de dezembro de 2008 foram excluídas 258 mil empresas do sistema, sendo que dessas a grande maioria (240 mil) estavam sem movimentação.

RN/ SIMPLES NACIONAL - CRÉDITO DO ICMS PELO NÃO OPTANTE DO SIMPLES NACIONAL

15/01/2009 – Editorial IOB – Boletim Infoaudiacto

Conforme o RICMS-RN/1997, art. 251-O, § 1º, o contribuinte não optante pelo Simples Nacional terá direito a crédito correspondente ao ICMS incidente sobre as suas aquisições de mercadorias ou serviços, de microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional, desde que destinadas à comercialização ou industrialização e observado, como limite, o ICMS efetivamente devido pelos optantes pelo Simples Nacional em relação a essas aquisições.